



# miguilim

VOLUME 13, NÚMERO 1 | JAN-ABR 2024

A RESPONSABILIDADE ENUNCIATIVA NO  
PRONUNCIAMENTO DE DILMA ROUSSEFF APÓS O  
*IMPEACHMENT*: EM FOCO OS TEMPOS VERBAIS E OS  
ÍNDICES DE PESSOA “EU”, “NÓS” E “ELES”



THE ENUNCIATIVE RESPONSIBILITY IN DILMA  
ROUSSEFF'S AFTER IMPEACHMENT SPEECH: FOCUS  
ON VERB TENSES AND THE PERSON INDEXES “I”,  
“WE” AND “THEY”

Raimundo Romão BATISTA  
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Brasil

Rosângela Alves dos Santos BERNARDINO  
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Brasil

RESUMO | INDEXAÇÃO | TEXTO | REFERÊNCIAS | CITAR ESTE ARTIGO | AUTORIA  
RECEBIDO EM 15/10/2023 • APROVADO EM 13/03/2024  
DOI: <https://doi.org/10.47295/mgren.v13i1.1185>

---

## Resumo

---

Propomos analisar o discurso da Ex-presidenta Dilma Rousseff, tomando como *corpus* o seu primeiro pronunciamento após sofrer o *impeachment*, que ganhou notório destaque no cenário político brasileiro e repercussão nas mídias, em nível nacional e internacional. Especificamente, analisamos a gestão das vozes pelo locutor-enunciador primeiro, dando



ênfase aos índices de pessoas e aos tempos verbais, para evidenciarmos como se processa a responsabilidade enunciativa no texto. Teoricamente, ancoramo-nos na Análise Textual dos Discursos, conforme Adam (2010, 2011, 2019), em diálogo com Rabatel (2009, 2016a, 2016b), Guentchéva (1994) e outros autores. O *corpus* do trabalho advém do site do Portal de notícias G1, que apresenta na íntegra o pronunciamento de Dilma. Na análise dos planos ou níveis do discurso e do texto, evidenciamos a gestão das vozes no pronunciamento, enquanto na análise da microestrutura textual, mostramos que tanto os tempos verbais quanto os índices de pessoas foram imprescindíveis para a expressão de pontos de vista colocados em acordo (“eu” e “nós”) e daqueles contra os quais o locutor-enunciador se posiciona (“eles”). O exame dessas marcas mostra os efeitos de sentido de vítima versus golpistas e, conseqüentemente, sinaliza quem ganha e quem perde com a retirada de Dilma da presidência do Brasil.

---

## Abstract

---

We propose to analyze the discourse of former President Dilma Rousseff, taking as corpus her first speech after suffering the impeachment process, which gained notoriety in the Brazilian political scene and repercussion in the media, nationally and internationally. In addition, we analyze the management of voices by the first speaker-enunciator, emphasizing the indexes of persons and verb tenses, to show how enunciative responsibility is processed in the text. Theoretically, we anchor ourselves in Textual Discourse Analysis, according to Adam (2010, 2011, 2019), in dialog with Rabatel (2009, 2016a, 2016b), Guentchéva (1994) and other authors. The corpus of the work comes from the G1 news portal website, which presents Rousseff's speech in full. In the analysis of the discourse and text levels, we show the management of voices in the speech, while in the analysis of the textual microstructure, we show that both verb tenses and person indexes were essential for the expression of points of view placed in agreement ("I" and "we") and those against which the speaker-enunciator positions himself ("they"). The examination of these marks shows the meaning effects of victim versus coup plotters and, consequently, signals who wins and who loses with the removal of Dilma from the presidency of Brazil.

---

## Entradas para indexação

---

**Palavras-chave:** Discurso político. Dilma Rousseff. Responsabilidade enunciativa. *Impeachment*.

**Keywords:** Political discourse. Dilma Rousseff. Enunciative responsibility. *Impeachment*.

---

## Texto integral

---

### Introdução

O processo de *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff, com início em 2 de dezembro de 2015 e encerramento em 31 de agosto de 2016, movimentou freneticamente o campo político, pois era a segunda vez que vivenciávamos uma situação considerada impactante para o Congresso Nacional. Tal como ocorreu em 1992, com o caso Collor, este outro *impeachment* mancharia a História Política do Brasil, pelo fato de que a justificativa para o processo está associada à prática de crimes. Depois de um longo processo, com forte contribuição do poder legislativo e

judiciário, Dilma teve seu mandato cassado, mas, diferente de Collor, não perdeu os direitos políticos.

Após ser afastada do cargo de Presidente da República, Dilma expôs publicamente sua insatisfação sobre a perda do mandato, por meio da construção de um discurso que a inscrevia como vítima de um “Golpe de Estado”, sendo isto em consonância com o discurso de defesa proferido pelo seu advogado, José Eduardo Cardozo, e em expressivo alinhamento com a opinião dos seus aliados políticos e eleitores. Assim, diferentemente do que ocorreu com Collor, em que a população brasileira foi favorável ao *impeachment*, indo às ruas em ato histórico de protesto contra os esquemas de corrupção deflagrados, Dilma contava com o apoio de grande parte da sociedade brasileira, que se manifestava contrariamente à justificação de sua derrubada do poder.

Segundo o posicionamento de Charaudeau (2006), qualquer momento de enunciação já representa um ato político. Nesse contexto, os diferentes pontos de vista proferidos por Dilma para questionar o *impeachment* se constituem como um dos seus atos políticos em benefício da construção de uma autodefesa. Em termos linguísticos, isso pode ser perceptível especialmente no modo como Dilma, enquanto instância do discurso – a que chamamos doravante locutor-enunciador primeiro (L1/E1) – coloca em cena e em confronto as vozes de um “Eu” (vítima do “golpe”), de um “Nós” (Ela, o seu governo e o povo brasileiro) e de um “Eles” (os opositores, acusadores, agentes do “golpe” ou “golpistas”). Nesse cenário, é preciso frisar que o discurso da Ex-presidenta é produzido numa situação histórico-social marcada por constantes denúncias e críticas ao Partido dos Trabalhadores (PT), que teria envolvimento em grandes esquemas de corrupção.

Neste trabalho, interessa-nos analisar especificamente o discurso em que Dilma Rousseff se despede do povo brasileiro após sofrer o processo de *impeachment*. A partir de uma perspectiva teórica que articula, no mesmo enquadre analítico, o texto, o discurso e o gênero, tal como pleiteia a Análise Textual dos Discursos (ATD), elegemos como objeto de análise a responsabilidade enunciativa e a coesão polifônica. Assim, partimos do pressuposto de que o L1/E1, ao se comunicar por meio de um enunciado/texto concreto, em dadas condições de produção, deixa marcas que evidenciam a assunção da responsabilidade enunciativa, segundo as convenções de determinado gênero do discurso (Adam, 2011). Temos, também, conforme os posicionamentos teóricos de Rabatel (2009, 2016a, 2016b), a possibilidade de o L1/E1 imputar um ponto de vista (PDV) para um enunciador segundo (e2), e em seguida manifestar-se diferentemente em relação a esse PDV, seja concordando, discordando ou mantendo-se afastado, sem revelar de forma explícita uma posição.

É nesse contexto de construção de um discurso político tenso – por ser revelador da insatisfação e do senso de injustiça pela instância que o profere e, principalmente, por se movimentar em direção a consensos e dissensos em relação a outras instâncias – que este trabalho se desenvolve. Assim, o objetivo geral é analisar marcas linguísticas da responsabilidade enunciativa no pronunciamento feito por Dilma Rousseff, no Palácio da Alvorada, em 31 de agosto de 2016, duas horas após o Senado aprovar seu *impeachment*, por 61 votos favoráveis e 20 contrários. De modo específico, vamos nos deter em examinar a utilização dos índices de pessoas e dos tempos verbais como formas de assinalar a

responsabilidade enunciativa, observando qual a relevância dessas marcas para a produção dos sentidos pretendidos no contexto em questão, conforme as regulações impostas pela formação sociodiscursiva e pelo gênero do discurso.

Este trabalho se justifica por sua relevância social, ao propor a análise do discurso de Dilma Rousseff em um momento crucial da história política brasileira. Desse modo, pode contribuir para a compreensão dos eventos que levaram ao *impeachment* e suas repercussões políticas e sociais. Além disso, ao utilizar a ATD como base teórica e metodológica, a pesquisa não apenas aplica uma abordagem reconhecida e relevante no campo dos estudos linguísticos do texto e do discurso, mas também destaca o seu papel para a análise crítica e reflexiva de discursos políticos.

Perante isso, como já sinalizamos, este trabalho está ancorado nos postulados da Linguística Textual, principalmente na vertente da ATD, com foco na responsabilidade enunciativa, tal como proposto por Adam (2011). Ademais, reforçamos as discussões teóricas recorrendo aos trabalhos de Rabatel (2009, 2016a, 2016b), Guenthéva (1994) e outros autores.

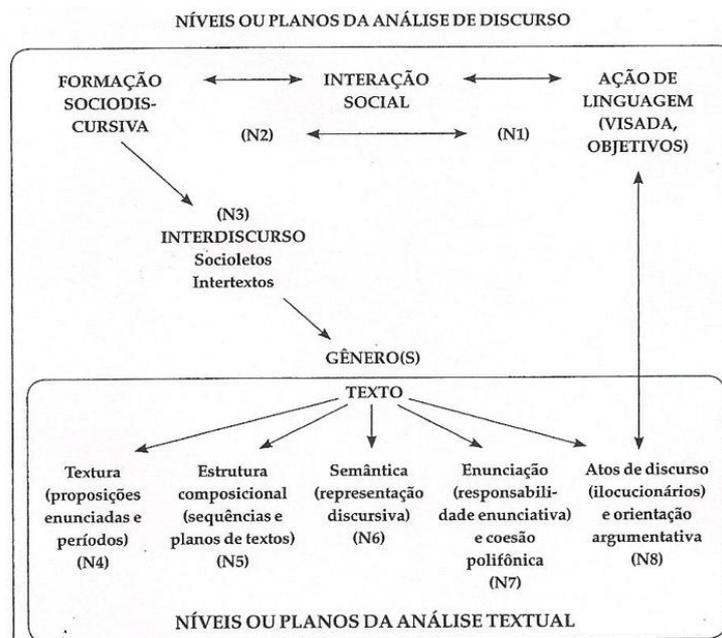
Assim, após esta introdução, temos uma síntese dos conceitos teóricos norteadores do trabalho, seguindo-se com as informações de natureza metodológica, a seção de análise dos dados, as considerações finais e as referências.

### **Considerações sobre a Análise Textual dos Discursos e a responsabilidade enunciativa**

As discussões em torno da Análise Textual dos Discursos (ATD) ganham destaque e difusão no Brasil a partir da publicação da obra do linguista francês Jean-Michel Adam, em 2005, intitulada *La linguistique textuelle. Introduction à l'analyse textuelle de discours*. Foi traduzida para o português em 2008 (“A Linguística Textual: introdução à Análise Textual dos Discursos”), depois revisada e ampliada em 2011. Desde então, a obra vem servindo de aporte teórico em estudos ligados a diferentes grupos de pesquisa no Brasil, especialmente na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

Na referida obra, Adam (2011, p. 23) define a ATD como “uma teoria da produção co(n)textual de sentido, que deve fundar-se na análise de textos concretos” e propõe que esta teoria seja um subdomínio da análise das práticas discursivas. Desse modo, o autor estabelece novos rumos para a Linguística Textual, aproximando-a da Análise do Discurso praticada por Maingueneau e afastando-se do quadro mais restrito da Análise do Discurso Francesa (ADF), bem como das gramáticas de texto. O autor redefine o quadro conceitual da análise do texto e reorganiza um conjunto de categorias que permitem o tratamento deste objeto em articulação com o discurso e com o gênero, daí ser denominada uma *análise textual dos discursos*.

Em termos metodológicos, Adam (2011) propõe os níveis ou planos para a análise de discurso e para a análise textual, compondo 8 no total. O esquema reproduzido abaixo especifica esses níveis.



**Figura 1-** Níveis e planos da análise de discurso e da análise textual  
**Fonte:** Adam (2011, p. 61).

Na parte superior do esquema, constam os níveis de análise relativos à dimensão do discurso, tendo os gêneros como o elemento que estabelece a mediação com os níveis da dimensão do texto. Entendemos que a análise deve refletir a devida articulação entre essas duas dimensões, sob pena de ser ou somente textual ou somente discursiva. Nesse sentido, embora distintos, os níveis precisam ser concebidos como indissociáveis. Como bem frisa o autor,

Distinguindo esses planos de organização não hierárquicos, trata-se de dar conta do caráter complexo e profundamente heterogêneo de um objeto irreduzível a um único modo de organização; objeto complexo, cujo estudo é muito necessário que se separe em diferentes componentes. (Adam, 2019, p. 34).

Para este trabalho, o foco da nossa análise se detém no nível da Enunciação (responsabilidade enunciativa e coesão polifônica – N7). Mas isso não significa desprezar os demais, como pretendemos que fique claro mais adiante.

A responsabilidade enunciativa consiste na assunção do conteúdo proposicional de determinado ponto de vista (PdV, na abreviação utilizada por Adam, 2011) por um locutor que profere o enunciado. O autor afirma que nem sempre o locutor assume os enunciados, podendo o PdV ser atribuído a um outro enunciador e uma outra fonte do saber. Nesse caso, a língua oferece um conjunto de marcas que nos permitem identificar a porção do texto sobre a qual incide a imputação, bem como nos permitem verificar a presença de validação do locutor ao PdV imputado ou o seu total distanciamento enunciativo.

Para evidenciar como a responsabilidade enunciativa pode ser materializada linguisticamente em diferentes enunciados, Adam (2011) retoma e expande o “aparelho formal da enunciação” de Benveniste (1994 [2006]). Desse

modo, ele enumera uma lista de 8 categorias e marcas linguísticas, conforme detalhadas no quadro abaixo.



<b>Ordem</b>	<b>Categorias</b>	<b>Marcas linguísticas</b>
<b>01</b>	<b>Índices de pessoas</b>	<i>Meu, teu/ vosso, seu</i>
<b>02</b>	<b>Dêiticos espaciais e Temporais</b>	Advérbio (ontem, amanhã, aqui, hoje) Grupos nominais (esta manhã, esta porta) Grupos preposicionais (em dez minutos) Alguns determinantes (minha chegada)
<b>03</b>	<b>Tempos verbais</b>	Oposição entre presente e o futuro do pretérito Oposição entre presente e o par pretérito imperfeito e pretérito perfeito
<b>04</b>	<b>Modalidades</b>	Modalidades sintático-semânticas maiores: Téticas (asserção e negação) Hipotéticas (real) Ficcional e Hipertéticas (exclamação) Modalidades objetivas Modalidades intersubjetivas Modalidades subjetivas Verbos e advérbios de opinião Lexemas afetivos, avaliativos e axiológicos
<b>05</b>	<b>Diferentes tipos de representação da fala</b>	Discurso direto (DD) Discurso direto livre (DDL) Discurso indireto (DI) Discurso narrativizado (DN) Discurso indireto livre (DIL)
<b>06</b>	<b>Indicações de quadros mediadores</b>	Marcadores como <i>segundo, de acordo com e para</i> Modalização por um tempo verbal como o futuro do pretérito Escolha de um verbo de atribuição de fala como <i>afirmam, parece</i> Reformulações do tipo <i>é, de fato, na verdade, e mesmo em todo caso</i> Oposição de tipo <i>alguns pensam (ou dizem) que X, nós pensamos (dizemos) que Y</i>
<b>07</b>	<b>Fenômenos de modalização autonímica</b>	Não coincidência do discurso consigo mesmo ( <i>como se diz, para empregar um termo filosófico</i> ) Não coincidência entre as palavras e as coisas ( <i>por assim dizer, melhor dizendo, não encontro a palavra</i> ) Não coincidência das palavras com elas mesmas ( <i>no sentido etimológico, nos dois sentidos do termo</i> ) Não coincidência interlocutiva ( <i>como é a expressão? Como você costuma dizer</i> )
<b>08</b>	<b>Indicações de um suporte de percepções e de pensamentos relatados</b>	Focalização perceptiva ( <i>ver, ouvir, sentir, tocar, experimentar</i> ) Focalização cognitiva (saber ou pensamento representado)

**Quadro 1-** Categorias de análise da responsabilidade enunciativa

Fonte: Passeggi *et al.* (2010, p. 300-301).

O quadro explicita as categorias e as marcas linguísticas que permitem ao pesquisador verificar o grau de assunção da responsabilidade enunciativa. A ideia de grau faz sentido justamente pelas diferentes possibilidades de manifestação desse fenômeno em textos concretos, por exemplo: a assunção do PdV; a atribuição do PdV a *outrem*, com validação pelo locutor (acordo) ou refutação (desacordo); o apagamento enunciativo (uma “neutralidade”). Temos, assim, uma variação que caminha do grau máximo (assunção) a uma espécie de grau zero (não assunção).

A responsabilidade enunciativa é considerada como uma “categoria aberta”, suscetível de ser “reinterpretada, enriquecida – e integrada no âmbito da ATD – pelas contribuições de diferentes autores” (Passeggi *et al.*, 2010, p. 307). Em razão dessa característica, convocamos, aqui, as reflexões teóricas de Guentchéva (1994) e de Rabatel (2009, 2016a, 2016b).

O trabalho de Guentchéva (1994) acerca do mediativo nos ajuda a enriquecer a compreensão do distanciamento enunciativo. Inclusive, a autora respalda o próprio Adam (2011) no que se refere à categoria “indicações de quadros mediadores” (mencionada anteriormente no Quadro 1, categoria 6). Para ela, os graus de distância que o enunciador manifesta em relação às situações descritas variam e podem ser sinalizados distintamente conforme as inúmeras línguas. No português, expressões como “segundo”, “de acordo com”, “conforme” e “para”, expressões com verbos no futuro do pretérito (“teria afirmado”) são exemplos que sinalizam esse distanciamento. Nesses casos, o enunciador não dá garantias da verdade/falsidade do enunciado, tampouco se responsabiliza pelo conteúdo do que enuncia, estabelecendo, assim, uma distância entre ele e os fatos relatados.

Quanto às postulações de Rabatel (2009, 2016a, 2016b), esse autor destaca também que o locutor-enunciador primeiro (L1/E1) nem sempre se responsabiliza pelo conteúdo de um ponto de vista (PDV em sua abreviação). Assim, na gestão dos PDV alheios no texto, pode ocorrer o que ele denomina de imputação, admitindo ainda a possibilidade de uma quase responsabilização (*quase prise en charge – quase-PEC*).

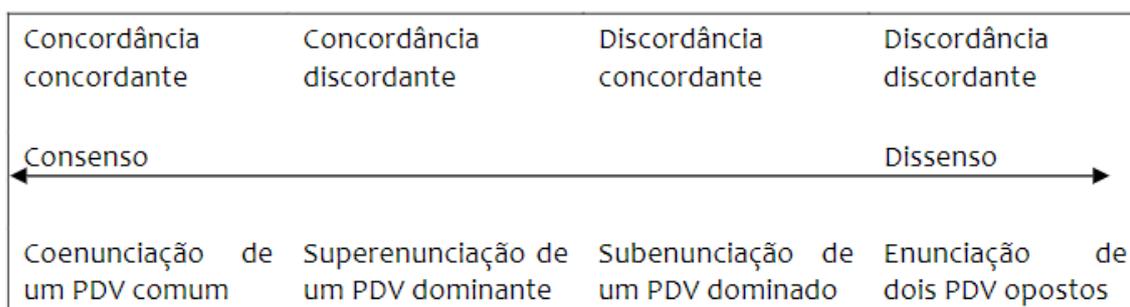
Ao invés de considerar a “não assunção” ou o possível “grau zero”, Rabatel (2016a) entende que a imputação é a contraparte da responsabilidade enunciativa (PEC), o que ocorre quando o L1/E1 responsabiliza um enunciador segundo (e2) pelo conteúdo do PDV e depois emite um posicionamento, seja de acordo (totalmente, ou em parte), desacordo ou a suposta neutralidade. Esta, segundo ele, é apenas teoricamente possível, não se sustentando por muito tempo, uma vez que se impõe ao L1/E1, em algum momento, manifestar sua posição em relação ao PDV imputado ao e2 (Rabatel, 2009).

Essas diferentes possibilidades de manifestação do posicionamento do L1/E1 nos contextos de imputação do PDV, tal como discutidas em Rabatel (2009), aparecem com mais refinamento e aprofundamento em Rabatel (2016b). No referido trabalho, as diferentes posições que o L1/E1 pode manifestar acerca de um PDV alheio são pensadas em termos de posturas enunciativas – a coenunciação, a super-enunciação e a sub-enunciação, definidas pelo autor da seguinte forma:

[...] a **coenunção** corresponde à coconstrução pelos locutores de um PDV comum, que os engaja enquanto enunciadores. A **super-enunção** – “é definida como a co-construção desigual de um PDV dominante encenando o papel de tópico discursivo. A **sub-enunção** consiste na coconstrução desigual de um PDV dominado: o PDV sub-enunciado reside no fato de que o contexto de predicação é apresentado como pertencente a um locutor/enunciador anterior, enquanto que a própria predicação, que emana do locutor subenunciador, é apresentada como decorrente do que precede, de maneira que o locutor não é plenamente o enunciador do PDV, ele o apresenta como sendo referido a uma outra instância (um indivíduo, uma norma, uma instituição, a verdade), fazendo entender que esse PDV é principalmente o de um outro antes de ser o seu. (Rabatel, 2016b, p. 194, grifos do autor).

Na leitura das posturas, entendemos que a coenunção expressa o acordo com o PDV imputado (“concordância concordante”), a super-enunção expressa um acordo aparente (“concordância discordante”), pois reorganiza o tópico discursivo e encaminha o PDV para uma significação nova. Já a sub-enunção (“discordância concordante”) expressa o distanciamento enunciativo, pois o L1/E1 “retoma o PDV do outro, distanciando-se, mas, sem substituí-lo por um PDV antagonista, ou, ao menos, sensivelmente diferente” (Rabatel, 2016b, p. 204).

Em termos de *continua*, como propõe o autor, a coenunção situa-se no polo do consenso, enquanto a super e sub-enunção se situam numa posição intermediária, respectivamente mais distante e mais próxima do polo do dissenso, que é o da “discordância discordante” (enunção de dois PDV opostos). A figura reproduzida abaixo explicita bem esses movimentos.



**Figura 2** - Representação do *continua* consenso/dissenso

**Fonte:** Rabatel (2016b, p. 203).

Esses conceitos correlatos à noção de responsabilidade enunciativa são muito úteis na análise do discurso político, tomado como foco neste trabalho, podendo guiar nosso olhar para observarmos como são orquestradas no texto as diferentes vozes pelo locutor-enunciador primeiro. Particularmente no que se refere ao discurso de Dilma, veremos como ela opera a gestão das vozes na materialidade do seu dizer, opondo um “eu” e “nós” contra um “eles”, na circunstância posterior ao *impeachment*.

## Caracterização da pesquisa e descrição do percurso metodológico

A pesquisa que deu origem a este artigo se caracteriza como descritiva e interpretativa, uma vez que visamos à descrição de fatos linguísticos e, posteriormente, à interpretação dos efeitos de sentido em contexto, sendo isto norteado por categorias analíticas apreendidas previamente da abordagem teórica adotada. Já em relação à natureza da pesquisa, temos uma abordagem qualitativa, que é definida nos seguintes termos:

Esse procedimento visa buscar informações fidedignas para se explicar em profundidade o significado e as características de cada contexto em que se encontra o objeto de pesquisa. Os dados podem ser obtidos através de uma pesquisa bibliográfica, entrevistas, questionários, planilhas e todo instrumento (técnica) que se faz necessário para obtenção de informações. (Oliveira, 2007, p. 60).

Assim, é importante destacar que a pesquisa de abordagem qualitativa visa dar um tratamento na construção de significado, compreensão e interpretação dos fatos que estão sendo estudados. Além disso, os instrumentos para a coleta de dados são diversos, mas conduzidos por uma avaliação que deixa de lado os elementos voltados para aspectos numéricos. As informações são tratadas usando processos analíticos, porém sem valorização de fatos quantitativos.

O tipo de pesquisa que nos ampara é de ordem documental, pois analisamos o discurso de despedida de Dilma após sofrer o processo de *impeachment*, sendo que tal documento foi exposto em diferentes meios de comunicação midiáticos. Nesse caso, optamos por recolher o texto do Portal de notícias G1, que o disponibilizou na íntegra, na forma de vídeo, com a transcrição.

Quanto ao método de pesquisa, o trabalho é guiado essencialmente pelo raciocínio dedutivo, que, conforme Moraes (2003), parte-se do geral para o mais específico. Em suas palavras, esse tipo de método “implica construir categorias antes mesmo de examinar o *corpus* de textos. As categorias são deduzidas das teorias que servem de fundamento para a pesquisa.” (Moraes, 2003, p. 197). Nessa direção, partimos de um conjunto de categorias mais gerais, fornecidas pela ATD, para então procedermos a análise o *corpus* em questão, o texto que materializa o discurso de Dilma.

Para constituir o recorte da análise, selecionamos especificamente excertos do discurso de Dilma Rousseff, o qual, como já contextualizamos anteriormente, refere-se ao momento posterior à concretização do processo de *impeachment*. A noção de recorte se adequa ao propósito deste trabalho, estando respaldada nas postulações de Orlandi (1984), pois a autora nos permite entender que o analista pode selecionar “um fragmento da sequência discursiva”, ou seja, o recorte, segundo o princípio de que “é preciso determinar, através dos recortes, como as relações textuais são representadas, e essa representação não será, certamente, uma extensão da sintaxe da frase.” (Orlandi, 1984, p. 14-15).

Ao recorrermos a este recurso do recorte de fragmentos da sequência discursiva como um meio para permitir a análise, estamos também em sintonia com a ATD, particularmente no que se refere ao estabelecimento do texto. Segundo Adam (2010, p. 103), “o estabelecimento filológico do texto é a primeira tarefa do analista de discurso. Como estudar o texto sem verificar sua origem?”. Assim, procuramos situar a forma como tivemos acesso ao texto (o vídeo de gravação do discurso de Dilma e a transcrição feita pelo Portal G1), como também delimitar o olhar que lançamos sobre o texto, operando os devidos recortes, para, assim, criarmos as condições propícias à análise co(n)textual de sentidos.

Por fim, quanto às categorias de análise, mobilizamos os índices de pessoas e os tempos verbais. Conforme demonstrado anteriormente no Quadro 1, elas fazem parte da lista mais ampla de 8 categorias sugeridas por Adam (2011) para o estudo da responsabilidade enunciativa.

### **Análise do *corpus***

Nesta seção, nos valem dos conceitos teóricos relativos ao fenômeno da responsabilidade enunciativa para a análise do *corpus*. Como já apontado, trata-se do primeiro pronunciamento de Dilma Rousseff após ter sido concretizado o processo de *impeachment*.

Em consonância com o aporte teórico-metodológico adotado, fazemos, primeiramente, uma análise macro do pronunciamento, guiada pelos níveis ou planos da análise de discurso e da análise textual. Depois, examinamos as categorias da responsabilidade enunciativa previamente selecionadas para a compreensão dos efeitos de sentido no texto. Ao passo que a análise foi sendo desenvolvida, procuramos demonstrá-la com excertos do texto, destacando com negrito as categorias mobilizadas.

Isso posto, iniciamos tecendo algumas considerações sobre o contexto de produção do discurso. Esse é um procedimento indispensável na análise, uma vez que, segundo Adam (2011, p. 56), “todo texto reconstrói, de forma mais ou menos explícita, seu contexto de enunciação”. Ao reconstituir o contexto, o pesquisador pode verificar os ecos intertextuais e, por consequência, a ligação com elos (discursos) precedentes. Em outras palavras, significa “entrar no dialogismo profundo dos discursos”, uma vez que todo texto é “dinamicamente ligado, como resposta, a outro texto.” (Adam, 2011, p. 306).

Diante de vários jornalistas e cercada de aliados políticos, na tarde do dia 31 de agosto de 2016, no Palácio da Alvorada, em Brasília, Dilma se pronuncia publicamente para externalizar sua posição contrária à decisão do Senado de retirar o mandato da presidência da república. Na abertura de sua fala, ela saúda as pessoas presentes e que a assistem; em seguida, cumprimenta o Ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, momento em que é brevemente interrompida por uma manifestação da plateia, que canta “Lulaá, Lulaá”. Depois disso, Dilma dá sequência ao discurso, cumprimentando “todos os senadoras e senadores, deputadas e deputados, presidentes de partido, as lideranças dos movimentos sociais. Mulheres e homens” (Rousseff, 2016).

Essa situação de interação social típica de um sujeito político que procura dar satisfação de suas ações à sociedade (**N2**, conforme a Figura 1, reproduzida na

seção teórica) nos permite depreender que o discurso de Dilma cumpre os seguintes objetivo(s) principais (ou ação visada – N1):

(i) comentar a decisão do Senado de votar a favor ao *impeachment* (“o Senado Federal tomou uma decisão que entra para a história das grandes injustiças”);

(ii) defender-se das acusações quanto ao crime de responsabilidade fiscal (“Decidiram pela interrupção do mandato de uma Presidenta que não cometeu crime de responsabilidade”);

(iii) confrontar os seus adversários políticos (“Condenaram uma inocente e consumaram um golpe parlamentar”);

(iv) despedir-se do povo brasileiro (“Saio da Presidência como entrei [...]”).

Em uma análise macro, focalizando os níveis ou planos da análise de discurso, podemos destacar a formação sociodiscursiva (N3) na qual se inscreve esta fala de Dilma, que é a dos pronunciamentos políticos públicos, transmitidos à população pela mídia oficial e por diversas outras mídias (televisivas, digitais etc.). Outros discursos interpelam o seu, desde aqueles a quem ela responde reativa e criticamente (os senadores, os adversários políticos) aos que ela retoma em gesto de reafirmação e aliança (o seu governo, o governo Lula, o povo brasileiro, seus eleitores), compondo, assim, o interdiscurso.

Podemos dizer que as escolhas lexicais, fraseológicas e retóricas feitas por Dilma se enquadram na variante linguística típica da comunidade dos políticos (o socioleto) e que o gênero de discurso por meio do qual ela efetiva seus objetivos na interação comunicativa em questão é reconhecível como um pronunciamento político. As mídias, especialmente a televisão, têm nos favorecido uma certa familiaridade com esse tipo de enunciado ao longo da história política brasileira, já que não nos faltam exemplos (discursos de campanha eleitoral, discursos de posse, discursos de renúncia, discursos de despedida, entre outros).

Se considerarmos o entendimento de Passeggi *et al.* (2010) quanto a tratarem o “discurso de renúncia” como um subgênero do discurso político, diremos o mesmo neste caso, por se tratar de um “discurso de despedida”, “de adeus” (“Saio da Presidência”), em razão do afastamento de Dilma, a contragosto, do cargo político que ocupava. Assim como no discurso de renúncia analisado pelos autores, aqui também vemos “uma dinâmica *éthos/páthos* bastante específica” (Passeggi *et al.*, 2010, p. 267), pois observamos que Dilma projeta uma imagem positiva de si (vítima “de grandes injustiças”, de um “golpe” ou “fraude”, “inocente”, digna e competente – “Dei o melhor de minha capacidade”, etc.) e apela para a boa vontade do seu auditório social (“lutemos”, “acreditem”, “me ouçam”, “ouçam bem”).

Quando aos níveis ou planos da análise textual, focalizamos especificamente o N7 (cf. Figura 1), em consonância com nossos propósitos neste trabalho. Ao olharmos, então, para a dimensão enunciativa do texto, diremos que Dilma é a instância do discurso, o locutor-enunciador primeiro (L1/E1). Ou seja, é, ao mesmo tempo, o locutor – “instância que profere um enunciado (nas dimensões fonéticas e fáticas ou escriturais)” (Rabatel, 2016a, p. 86) – e o enunciador, “aquele que assume a responsabilidade enunciativa dos PDV aos quais ele adere” (Ibid, p. 86). Portanto, o locutor e o enunciador estão em sincretismo, constituindo um

“principal”, nos termos de Rabatel (2016a), uma vez que, no texto em análise, esta instância é quem responde pelos pontos de vista proferidos.

No quadro a seguir, explicitamos as vozes evocadas na construção do texto, para, posteriormente, evidenciarmos o modo como o L1/E1 se posiciona em relação a elas, manifestando sua adesão (polo do consenso) ou a discordância (polo do dissenso).

<b>EU</b>	<b>NÓS</b>	<b>ELES</b>
<i>Uma presidenta que não cometeu crime de responsabilidade</i>	<i>Eu e Lula</i>	<i>O Senado Federal Os senadores 61 senadores</i>
<i>Inocente</i>	<i>Meu governo e o povo, a Nação brasileira (54,5 milhões de votos; 110 milhões de pessoas que participaram das eleições)</i>	<i>Políticos que buscam desesperadamente escapar do braço da Justiça</i>
<i>A primeira mulher presidenta do Brasil</i>	<i>Meu governo e o projeto nacional progressista, inclusivo e democrático que represento</i>	<i>Um grupo de corruptos investigados</i>
<i>Honesta</i>	<i>Meu governo e os movimentos sociais e sindicais</i>	<i>Uma poderosa força conservadora e reacionária</i>
<i>Digna</i>	<i>Meu governo e os que lutam por direitos em todas as suas acepções</i>	<i>Uma imprensa facciosa e venal</i>
<i>Competente</i>	<i>Meu governo e os jovens, negros, indígenas, população LGBT, mulheres e homens, os pobres</i>	<i>Um governo golpista</i>
<i>Empática</i>	<i>Meu governo e as futuras gerações de brasileiras</i>	<i>A homofobia, o machismo e a misoginia</i>

**Quadro 2-** Síntese das vozes gerenciadas no pronunciamento de Dilma

**Fonte:** Elaboração própria.

No pronunciamento, fica evidente que a gestão dessas vozes favorece ao ponto de vista principal ao qual Dilma adere, qual seja, o de que o *impeachment* é um golpe (termo usado 13 vezes no texto), uma fraude, um ato anticonstitucional praticado por uma oposição “conservadora”, “reacionária” e composta por “políticos corruptos” para derrubá-la do cargo de presidente, com o apoio da “imprensa facciosa e venal”. Como instância do discurso (o “EU” que assume a responsabilidade enunciativa pelo conteúdo proposicional declarado), ela constrói PDV positivos de si mesma, entre os quais destacamos: “uma presidenta que não cometeu crime de responsabilidade”, “inocente”, “a primeira mulher presidenta do Brasil”; “honesta”, “digna”, “competente”; “empática”, “sensível”.

Tento em vista o contexto de um governo de esquerda no Brasil, especificamente o partido dos trabalhadores (PT), é válido notar que a força ilocucionária do PDV de Dilma se potencializa com um “NÓS”, que recobre a diversidade de segmentos que ela representa como Presidenta eleita: o governo Lula, a Nação brasileira, seus eleitores, o seu projeto de governo, os movimentos

sociais e sindicais, os militantes do seu partido, os jovens, os negros, os indígenas, a população LGBT, as mulheres e homens, os pobres, as futuras gerações de brasileiras. Esse índice de pessoa do discurso, empregado em expressões como “muitas vezes, **nós**, lutando” e “**nós** voltaremos”, sinaliza a “responsabilidade enunciativa coletiva” (Rabatel, 2008 *apud* Rodrigues; Passeggi; Silva Neto, 2016, p. 102), muito comum em gêneros do discurso político, pelo fato de o sujeito representar os interesses de uma coletividade (a comunidade, a população) e o grupo político do qual faz parte.

Não por acaso, o L1/E1 evoca a força desses diferentes segmentos sociais (a coletividade) e os convoca para a luta contra “ELES”, que, conforme sugere a argumentatividade do texto, podem ser rotulados em um único lexema avaliativo: “golpistas”. Assim, os outros segmentos postos na terceira coluna do Quadro 2 constituem os vários opositores ao governo Dilma, responsáveis pelo *impeachment*, seja de forma direta (os 61 senadores que votaram a favor) ou indiretamente (um “grupo de corruptos investigados”, uma “imprensa facciosa e venal”, por exemplo).

Após a observação da coesão polifônica no texto, procuramos apreender os pontos de vista com os quais este L1/E1 se engaja, isto é, os assume no seu pronunciamento, como demonstra o quadro a seguir, no qual destacamos as formas verbais e os índices de pessoas expressivos de uma “enunciação embreada”, que remete a *ego*, *hic et nunc*, e de uma “enunciação pessoal subjetivamente” (Rabatel, 2016a, p. 80). Ao fazermos isso, ficam em evidência, também, os pontos de vista refutados, uma vez que cada PDV assumido por Dilma está constitutivamente numa dimensão interacional com outros, sendo uma reação direta e enfática a eles. Assim, por exemplo, ao se dizer inocente, Dilma reage às acusações de que ela cometeu o crime de responsabilidade fiscal, colocando em cena dois PDV opostos ou sensivelmente diferentes.

APREENSÃO DOS PONTOS DE VISTA ASSUMIDOS PELO L1/E1	FORMAS VERBAIS E ÍNDICES DE PESSOAS MOBILIZADOS NO TEXTO
A decisão do Senado Federal foi injusta e anticonstitucional	<p>“Hoje, o Senado Federal <b>tomou</b> uma decisão que entra para a história das grandes injustiças”.</p> <p>“Os senadores que <b>votaram</b> pelo impeachment <b>escolheram rasgar</b> a Constituição Federal”.</p> <p>“<b>Acabam</b> de derrubar a primeira mulher presidenta do Brasil, sem que haja qualquer justificativa constitucional para este impeachment.”</p>
Sou inocente	<p>“<b>Decidiram</b> pela interrupção do mandato de uma Presidenta que <b>não cometeu</b> crime de responsabilidade.”</p> <p>“<b>Condenaram</b> uma inocente”.</p>
O <i>impeachment</i> é um golpe, uma fraude	<p>“<b>consumaram</b> um golpe parlamentar”.</p> <p>“Com a aprovação do <b>meu</b> afastamento definitivo, políticos que <b>buscam</b> desesperadamente escapar do braço da Justiça <b>tomarão o poder</b> unidos aos derrotados nas últimas quatro</p>

	<p>eleições. <b>Não ascendem</b> ao governo pelo voto direto, <b>como eu e Lula fizemos</b> em 2002, 2006, 2010 e 2014. <b>Apropriam-se</b> do poder por meio de um golpe de Estado.”</p> <p>“É o segundo golpe de estado que <b>enfrento</b> na vida. O primeiro, o golpe militar, apoiado na truculência das armas, da repressão e da tortura, <b>me atingiu</b> quando era uma jovem militante. O segundo, o golpe parlamentar desfechado hoje por meio de uma farsa jurídica, <b>me derruba</b> do cargo para o qual <b>fui eleita</b> pelo povo. <b>É</b> uma inequívoca eleição indireta, em que 61 senadores <b>substituem</b> a vontade expressa por 54,5 milhões de votos. <b>É</b> uma fraude, contra a qual ainda <b>vamos recorrer</b> em todas as instâncias possíveis.”</p>
<p>O golpe não é apenas contra mim e meu partido, mas, sobretudo, contra a democracia e os direitos que o meu governo já conquistou para a população brasileira</p>	<p>“Mas o golpe não foi cometido apenas <b>contra mim</b> e contra o <b>meu partido</b>. Isto foi apenas o começo. O golpe <b>vai atingir</b> indistintamente qualquer organização política progressista e democrática. O golpe <b>é contra</b> os movimentos sociais e sindicais e contra os que lutam por direitos em todas as suas acepções: direito ao trabalho e à proteção de leis trabalhistas; direito a uma aposentadoria justa; direito à moradia e à terra; direito à educação, à saúde e à cultura; direito aos jovens de protagonizarem sua história; direitos dos negros, dos indígenas, da população LGBT, das mulheres; direito de se manifestar sem ser reprimido.”</p>
<p>Acredito no povo brasileiro e conto com o seu apoio</p>	<p>“<b>Peço</b> às brasileiras e aos brasileiros que <b>me ouçam</b>. <b>Falo</b> aos mais de 54 milhões que votaram <b>em mim</b> em 2014. <b>Falo</b> aos 110 milhões que avalizaram a eleição direta como forma de escolha dos presidentes. <b>Falo</b> principalmente aos brasileiros que, durante <b>meu governo</b>, <b>superaram</b> a miséria, <b>realizaram</b> o sonho da casa própria, <b>começaram</b> a receber atendimento médico, <b>entraram</b> na universidade e <b>deixaram</b> de ser invisíveis aos olhos da Nação, passando a ter direitos que sempre lhes foram negados.”</p> <p>“<b>Espero</b> que saibamos nos unir em defesa de causas comuns a todos os progressistas, independentemente de filiação partidária ou posição política. <b>Proponho</b> que lutemos, todos juntos, contra o retrocesso, contra a agenda conservadora, contra a extinção de direitos, pela soberania nacional e pelo restabelecimento pleno da democracia.”</p> <p>Às mulheres brasileiras, que <b>me cobriram</b> de flores e de carinho, <b>peço</b> que acreditem que vocês podem. As futuras gerações de brasileiras <b>saberão</b> que, na primeira vez que uma mulher assumiu a Presidência do Brasil, a machismo e a misoginia mostraram suas feias faces.”</p> <p>“<b>Sei</b> que todos vamos lutar.”</p>
<p>Não fomos vencidos e voltaremos</p>	<p>“<b>Ouçam</b> bem: <b>eles pensam</b> que nos venceram, mas estão enganados.</p>

	<p>“Esta história não acaba assim. <b>Estou</b> certa que a interrupção deste processo pelo golpe de estado não é definitiva. <b>Nós voltaremos. Voltaremos</b> para continuar nossa jornada rumo a um Brasil em que o povo é soberano.”</p> <p>“<b>Abrimos</b> um caminho de mão única em direção à igualdade de gênero. <b>Nada nos fará recuar</b>. Neste momento, não <b>direi</b> adeus a vocês. <b>Tenho</b> certeza de que posso dizer ‘até daqui a pouco.’”</p>
Meu governo representa um projeto de grande sucesso iniciado com o ex-presidente Lula	“Quando o Presidente Lula foi eleito pela primeira vez, em 2003, <b>chegamos</b> ao governo cantando juntos que ninguém devia ter medo de ser feliz. Por mais de 13 anos, <b>realizamos</b> com sucesso um projeto que promoveu a maior inclusão social e redução de desigualdades da história de nosso País.”
Permaneci honesta, digna, fui competente e empática no meu governo	<p><b>Saio</b> da Presidência como <b>entrei</b>: sem ter incorrido em qualquer ato ilícito; <b>sem ter traído</b> qualquer de <b>meus</b> compromissos; com dignidade e carregando no peito o mesmo amor e admiração pelas brasileiras e brasileiros e a mesma vontade de <b>continuar lutando</b> pelo Brasil.”</p> <p><b>Eu vivi</b> a minha verdade. <b>Dei</b> o melhor de <b>minha</b> capacidade. Não <b>fugi</b> de minhas responsabilidades. <b>Me emocionei</b> com o sofrimento humano, <b>me comovi</b> na luta contra a miséria e a fome, <b>combati</b> a desigualdade.”</p> <p><b>Travei</b> bons combates. <b>Perdi</b> alguns, venci muitos e, neste momento, <b>me inspiro</b> em Darcy Ribeiro para dizer: não gostaria de estar no lugar dos que se julgam vencedores.</p>
O governo golpista será castigado pela oposição (nós) e pela própria história	<p>“<b>Haverá</b> contra <b>eles</b> a mais firme, incansável e enérgica oposição que um governo golpista pode sofrer.”</p> <p>“A história será implacável com eles.”</p>

**Quadro 3** - Pontos de vista e marcas de responsabilidade enunciativa no pronunciamento de Dilma

**Fonte:** Elaboração própria.

Ao considerarmos os excertos dispostos no quadro, vemos que o L1/E1 adere ao ponto de vista de que a decisão do Senado Federal foi injusta e anticonstitucional, apontando explicitamente os responsáveis pelas ações que culminaram na perda do cargo (o Senado Federal/os 61 senadores). As formas verbais mobilizadas no pretérito perfeito (“tomou”, “votaram”, “escolheram rasgar”) e no presente (“acabam”) denotam a certeza dos fatos e sugerem a avaliação negativa de Dilma quanto à decisão do *impeachment*. Em sua própria defesa perante a nação brasileira, Dilma adere ao PDV de inocência e vítima de um golpe – “Decidiram pela interrupção do mandato de uma Presidenta que não cometeu crime de responsabilidade”, “condenaram uma inocente”.

A construção do PDV que categoriza o *impeachment* como golpe, como fraude ou ato anticonstitucional toma boa parte do plano do texto. Conforme destacamos no quadro, são variadas as formas verbais associadas à primeira pessoa do discurso e, portanto, sinalizadoras do posicionamento enunciativo do L1/E1 a este “ato golpista”

imputado principalmente aos políticos opositores, por exemplo: “consumaram”; buscam desesperadamente”; “tomarão o poder”; “não ascendem ao governo”; “apropriam-se do poder por meio de um golpe de Estado”; “me derruba do cargo para o qual fui eleita pelo povo”; “61 senadores substituem a vontade expressa por 54,5 milhões de votos”; “é uma fraude”; “Acabam de derrubar a primeira mulher presidenta do Brasil”; “o golpe vai atingir indistintamente qualquer organização política progressista e democrática”; “o golpe é contra os movimentos sociais e sindicais e contra os que lutam por direitos em todas as suas acepções”.

Em outra parte também relevante, em termos de extensão no plano do texto, há a expressão de vários PDV sinalizadores da luta do “EU/NÓS” contra “ELES”. Dilma adere ao PDV de que o “golpe” não é somente um ataque pessoal ou ao seu governo, mas sim à democracia e aos direitos conquistados com as lutas sociais e sindicais. Além disso, expressa que não está só nesta batalha contra seus opositores. Ela reafirma o sucesso de seu projeto de governo e do seu antecessor Lula, depois enfatiza que, com o apoio do povo brasileiro e dos aliados políticos (“Sei que todos vamos lutar”), garante reunir forças para: (i) recorrer da decisão do Senado Federal (“vamos recorrer em todas as instâncias possíveis”); (ii) lutar contra o governo golpista (“Haverá contra eles a mais firme, incansável e enérgica oposição que um governo golpista pode sofrer”, “a história será implacável com eles”); (iii) voltar ao poder (“nós voltaremos”).

Em síntese, a análise do *corpus* revela que os índices de pessoa “eu”, “nós” e “eles”, combinados com os tempos verbais, são utilizados por Dilma Rousseff para articular diferentes pontos de vista na construção de uma argumentação que legitima sua posição de vítima de um “golpe parlamentar” e mobiliza apoio político e social. A construção de pontos de vista que enfatizam a injustiça, a inconstitucionalidade e a caracterização do *impeachment* como golpe destacam-se como elementos-chave em sua estratégia de defesa. Esses elementos evidenciam, portanto, sua tentativa de construir uma narrativa de resistência e mobilização política.

### Considerações finais

Este trabalho se propôs a analisar algumas marcas linguísticas que permitem assinalar a responsabilidade enunciativa na construção do discurso político. Para isso, adotou como *corpus* o primeiro pronunciamento de despedida de Dilma Rousseff após o ato de *impeachment* pelo Senado Federal.

Destacamos que a ATD pode contribuir com subsídios teóricos para analisar o texto numa perspectiva enunciativa, que foi o nosso foco, por meio de duas categorias específicas: os tempos verbais e os índices de pessoa. A partir do exame de diferentes formas verbais e dos pronomes sinalizadores das pessoas do discurso, pudemos colocar em evidência o jogo de PDV no pronunciamento de Dilma e os efeitos de sentido (“é um golpe”; “eu” e “nós” contra “eles”) produzidos naquele contexto, que foi o da sua despedida do cargo do qual foi destituída.

Mostramos que as diferentes formas de materialização dos tempos verbais e dos índices de pessoa, “eu”, “nós” e “eles”, atuam de forma relevante para representar a imagem que Dilma constrói de si mesma, o papel que ela exerceu na função de Presidenta e, principalmente, a relação estabelecida com os aliados e com os

opositores. Evidenciamos que o pronunciamento de Dilma exhibe o seguinte jogo de PDV: os diferentes PDV do “eu” na construção de uma autodefesa frente ao governo de oposição e à nação brasileira; os diferentes PDV do “eu”, em união com o “nós,” na luta contra “eles”; os diferentes PDV do “eu” constituindo uma súplica pela coletividade na representação do “nós”, para voltar ao poder.

Enfim, o presente trabalho demonstrou como a noção de responsabilidade enunciativa, ao ser complementada e enriquecida com outros postulados teóricos, pode ser produtiva para analisar diferentes manifestações discursivas, nos mais diversos textos. Ademais, esperamos que o trabalho proposto seja útil como suporte para outras pesquisas no campo dos estudos linguísticos do texto e do discurso, em termos de direcionamento teórico e prático.

---

## Referências

---

ADAM, Jean-Michel. *Textos, tipos e protótipos*. Tradução de Mônica Magalhães Cavalcante...[et al]. São Paulo: Contexto, 2019.

ADAM, Jean-Michel. *A linguística textual: uma introdução à análise textual dos discursos*. Tradução de Maria das Graças Soares Rodrigues, Luis Passeggi, João Gomes da S. Neto e Eulália Vera Lúcia Fraga Leurquin. 2. ed. revisada e aumentada. São Paulo: Cortez, 2011.

ADAM, Jean-Michel. “Viva o Québec livre”: análise textual de um discurso do general De Gaulle. In: ADAM, Jean-Michel.; HEIDMANN, Ute.; MAINGUENEAU, Dominique. (Orgs.). *Análises textuais e discursivas: metodologias e aplicações*. Tradução de Maria das Graças Soares Rodrigues, Luis Passeggi e João Gomes da Silva Neto. São Paulo: Contexto, 2010, p. 95-126.

BENVENISTE, Émile. O aparelho formal da enunciação. In: BENVENISTE, Émile. *Problemas de linguística geral II*. 2. ed. Tradução de Eduardo Guimarães et al. Campinas: Pontes, 2006, p. 81-90.

CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso político*. Tradução de Fabiana Komesu e Dílson Ferreira da Cruz. São Paulo: Contexto, 2006.

ROUSSEFF, Dilma Vana. Íntegra do discurso de Dilma após o impeachment. *Portal de Notícias G1*, São Paulo, 31 ago. 2016. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2016/08/integra-do-discurso-de-dilma-apos-impeachment.html>. Acesso em: 25 jun. 2023.

GUENTCHÉVA, Zlatka. Manifestations de la catégorie du médiatif dans lês temps du français. *Langue Française*, Paris, v. 102, n. 1, p. 8-23, 1994.

Agência Senado. Impeachment de Dilma Rousseff marca ano de 2016 no Congresso e no Brasil. 2016. Esportes. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/12/28/impeachment-de-dilma-rousseff-marca-ano-de-2016-no-congresso-e-no-brasil>. Acesso em: 25 jun. 2023.

MORAES, Roque. Uma tempestade de luz: a compreensão possibilitada pela análise textual discursiva. *Ciência & Educação*, v. 9, n. 2, p. 191-211, 2003.

OLIVEIRA, Maria Marly de. *Como fazer pesquisa qualitativa*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

ORLANDI, Eni. Recortar ou segmentar? In: *Linguística: questões e controvérsias. Série Estudos*. Uberaba: Faculdades Integradas de Uberaba, 1984.

PASSEGGI, Luis.; RODRIGUES, Maria das Graças Soares.; SILVA NETO, João Gomes da; *et al.* (2010). A análise textual dos discursos: para uma teoria da produção co(n)textual de sentido. In: LEITE, Marli Quadros.; BENTES, Ana Cristina. (Orgs.). *Linguística de texto e análise da conversação: panorama das pesquisas no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2010. p. 262-312.

RABATEL, Alain. *Homo narrans: por uma abordagem enunciativa e interacionista da narrativa*. Tradução de Maria das Graças Soares Rodrigues, Luis Passeggi, João Gomes da Silva Neto. São Paulo: Contexto, 2016a.

RABATEL, Alain. Os desafios das posturas enunciativas e de sua utilização em didática. Tradução de Weslin de Jesus Santos Castro. *EID&A -Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação*, Ilhéus, n. 12, p. 191-233, jul./dez. 2016b.

---

### Para citar este artigo

---

BATISTA, Raimundo Romão; BERNARDINO, Rosângela Alves dos Santos. A responsabilidade enunciativa no pronunciamento de Dilma Rousseff após o impeachment: em foco os tempos verbais e os índices de pessoa “eu”, “nós” e “eles”. *Miguilim – Revista Eletrônica do Netlli*, Crato, v. 13, n. 1, p. 83-100, jan.-abr. 2024.

---

### Autoria

---

**Raimundo Romão Batista** é doutor em Letras pelo Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL), da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) e professor efetivo da rede estadual do Ceará. É membro do Grupo de Estudos em Interação, Texto e Discurso do Alto Oeste Potiguar (GITED). E-mail: [romao87@hotmail.com](mailto:romao87@hotmail.com); ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0001-5805-3592>.

**Rosângela Alves dos Santos Bernardino** é doutora em Estudos da Linguagem pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e professora adjunto no Departamento de Letras Estrangeiras na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), *Campus* de Pau dos Ferros. É membro do Grupo de Estudos em Interação, Texto e Discurso do Alto Oeste Potiguar (GITED). E-mail: [rosangelabernardino@uern.br](mailto:rosangelabernardino@uern.br); ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0001-7812-4829>.